

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 1

Aplicação: 22/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

No caso narrado, **(i)** foi atendido apenas o interesse público secundário, **(ii)** que se refere aos interesses patrimoniais do Estado, por exemplo, o resguardo e o aumento do patrimônio público, evitando-se gastos. **(iii)** O interesse público primário corresponde à realização do interesse da coletividade em geral, aos interesses diretos do povo, aos interesses gerais imediatos, o que não foi atendido no caso, haja vista o aumento da violência e a insatisfação da população com o atendimento prestado.

(iv) É permitido ao delegado-chefe de polícia rever o ato editado, **(v)** em decorrência do poder-dever da autotutela, **(vi)** uma vez que o ato editado se mostrou inconveniente ao contrariar o interesse público, **(vii)** sendo cabível sua revogação.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu que foi atendido o interesse público primário.

Conceito 1 – Respondeu que foi atendido o interesse público secundário **(i)**, mas não justificou ou o fez incorretamente.

Conceito 2 – Respondeu que foi atendido o interesse público secundário **(i)**, mas justificou parcialmente, abordando corretamente apenas o conceito de interesse público primário ou o conceito de interesse público secundário.

Conceito 3 – Respondeu que foi atendido o interesse público secundário **(i)** e apresentou corretamente sua definição **(ii)** e a definição de interesse público primário **(iii)**.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu que não é permitido ao delegado-chefe de polícia rever o ato editado.

Conceito 1 – Respondeu que é permitido ao delegado-chefe de polícia rever o ato editado **(iv)**, porém não justificou ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 2 – Respondeu que é permitido ao delegado-chefe de polícia rever o ato editado **(iv)**, justificando com base em apenas um dos aspectos enumerados de **(v)** a **(vii)** no padrão de resposta.

Conceito 3 – Respondeu que é permitido ao delegado-chefe de polícia rever o ato editado **(iv)**, justificando com base em apenas dois dos aspectos enumerados de **(v)** a **(vii)** no padrão de resposta.

Conceito 4 – Respondeu que é permitido ao delegado-chefe de polícia rever o ato editado **(iv)**, justificando com base nos três aspectos enumerados de **(v)** a **(vii)** no padrão de resposta.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 2

Aplicação: 22/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

O direito de reunião é assegurado a todos pela Constituição Federal de 1988 (art. 5.º, XVI) e, apesar de ele ser um direito pessoal, seu exercício se dá de modo coletivo, devendo-se observar os seguintes requisitos constitucionais: (i) a reunião **deve ser pacífica**, ou seja, deve haver um estado de tranquilidade ou de ausência de desordem e de perturbação; (ii) **não pode frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local**; (iii) deve acontecer **sem armas**; (iv) deve ocorrer em **locais abertos ao público**; (v) **independe de autorização prévia, exigindo-se apenas o prévio aviso à autoridade competente**, o que não equivale a um pedido de autorização ou licença prévia.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não discorreu sobre o direito de reunião ou o fez de maneira totalmente equivocada.

Conceito 1 – Discorreu sobre o direito de reunião de maneira insuficiente ou parcialmente inconsistente.

Conceito 2 – Discorreu corretamente sobre o direito de reunião.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não discorreu sobre nenhum requisito constitucional para o exercício do direito de reunião.

Conceito 1 – Discorreu, corretamente, sobre apenas um dos requisitos: (i) a reunião deve ser pacífica; (ii) não pode frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local; (iii) deve ocorrer sem a utilização de armas; (iv) deve ocorrer em locais abertos ao público; (v) requer prévio aviso à autoridade competente, mas não autorização.

Conceito 2 – Discorreu, corretamente, sobre apenas dois dos requisitos.

Conceito 3 – Discorreu, corretamente, sobre apenas três dos requisitos.

Conceito 4 – Discorreu, corretamente, sobre apenas quatro dos requisitos.

Conceito 5 – Discorreu, corretamente, sobre os cinco requisitos.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 3

Aplicação: 22/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Nos disparos a longa distância, apenas o projétil atinge a vítima, produzindo efeitos primários. A lesão de entrada terá como características as orlas de equimose, de escoriação e de enxugo, causadas pela ação direta do projétil. A orla de equimose é causada pela distensão da pele com rotura de vasos e infiltração hemorrágica dos tecidos ao redor, devido à ação contundente do projétil. A orla de escoriação é formada pela diferença de elasticidade entre a derme e a epiderme, causada pela passagem do projétil. A orla de enxugo ou de limpadura é representada pela orla de detritos e impurezas do cano da arma que ficam retidos na pele quando o projétil passa por ela.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não citou a orla de equimose nem a descreveu.

Conceito 1 – Citou a orla de equimose, porém não a descreveu.

Conceito 2 – Descreveu, de forma insuficiente ou parcialmente correta, a orla de equimose.

Conceito 3 – Descreveu, de forma suficiente e integralmente correta, a orla de equimose.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não citou a orla de escoriação nem a descreveu.

Conceito 1 – Citou a orla de escoriação, porém não a descreveu.

Conceito 2 – Descreveu, de forma insuficiente ou parcialmente correta, a orla de escoriação.

Conceito 3 – Descreveu, de forma suficiente e integralmente correta, a orla de escoriação.

QUESITO 2.3

Conceito 0 – Não citou a orla de enxugo ou limpadura nem a descreveu.

Conceito 1 – Citou a orla de enxugo ou limpadura, porém não a descreveu.

Conceito 2 – Descreveu, de forma insuficiente ou parcialmente correta, a orla de enxugo ou limpadura.

Conceito 3 – Descreveu, de forma suficiente e integralmente correta, a orla de enxugo ou limpadura.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 4

Aplicação: 22/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

A situação narrada envolve a possibilidade de aplicação da lei penal brasileira aos estrangeiros que praticaram crime contra vítima brasileira fora do país (art. 7.º, § 3.º, do Código Penal – CP).

Trata-se de caso de **extraterritorialidade condicionada**. Embora o crime praticado tenha sido cometido no estrangeiro, admite-se a aplicação da lei penal brasileira aos estrangeiros que praticaram o crime contra a brasileira no exterior, **desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos (art. 7.º, §§ 2.º e 3.º, do CP)**: (a) que haja ingresso do agente em território nacional; (b) que haja punibilidade do fato criminoso também no país onde foi praticado (dupla tipicidade); (c) que o crime se inclua entre aqueles em que a lei brasileira autoriza a extradição; (d) que o agente não tenha sido absolvido nem tenha cumprido pena (total ou parcial) no exterior; (e) que não tenha havido o perdão do agente no estrangeiro ou a extinção da sua punibilidade em razão de lei penal mais favorável; (f) que não tenha sido pedida ou tenha sido negada a extradição do agente; e (g) que tenha havido a requisição do ministro da justiça.

Na situação apresentada, a vítima é brasileira e o crime (tráfico de pessoas com a finalidade de submeter a vítima a trabalho em condições análogas à de escravo) foi praticado no exterior por estrangeiros. Um dos agentes está prestes a ingressar no Brasil, o que permitiria o início da persecução penal **desde que** as demais condições estejam presentes, inclusive a requisição ministerial.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não identificou a hipótese de extraterritorialidade caracteriza na situação hipotética ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Identificou corretamente que a situação hipotética apresentada configura hipótese de extraterritorialidade condicionada, porém não fundamentou sua resposta ou o fez de forma equivocada.

Conceito 2 – Identificou corretamente que a situação hipotética apresentada configura hipótese de extraterritorialidade condicionada, mencionando que, embora o crime praticado tenha sido cometido no estrangeiro, admite-se a aplicação da lei penal brasileira aos estrangeiros que praticaram o crime contra a brasileira no exterior, desde que cumpridos cumulativamente determinados requisitos.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não abordou nenhum dos requisitos legais para viabilizar a persecução penal dos agentes no Brasil.

Conceito 1 – Abordou, corretamente, apenas um dos requisitos elencados de (a) a (g) no padrão de resposta.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos requisitos elencados de (a) a (g) no padrão de resposta.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos requisitos elencados de (a) a (g) no padrão de resposta.

Conceito 4 – Abordou corretamente apenas quatro dos requisitos elencados de (a) a (g) no padrão de resposta.

Conceito 5 – Abordou corretamente apenas cinco dos requisitos elencados de (a) a (g) no padrão de resposta.

Conceito 6 – Abordou corretamente apenas seis dos requisitos elencados de (a) a (g) no padrão de resposta.

Conceito 7 – Abordou corretamente todos os sete requisitos elencados de (a) a (g) no padrão de resposta.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 5

Aplicação: 22/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Na situação apresentada, o agente praticou **desistência voluntária** (art. 15 do CP), que tem natureza de **causa de exclusão da tipicidade**, ou seja, exclui-se a tipicidade penal do crime de furto tentado. O instituto da desistência voluntária ocorre quando o agente, após iniciar a execução do crime, **desiste de prosseguir, por ato voluntário, com os atos executórios do crime, o que impede a produção do resultado**, respondendo apenas pelos atos já praticados — no caso em questão, o agente responderá apenas pelo crime de violação de domicílio. Assim, o agente **não deve responder por tentativa de furto**.

Voluntariedade e eficácia são os requisitos para configurar a desistência voluntária do agente. É necessário que o ato de desistir seja voluntário, ou seja, livre de coação física ou moral, pouco importando se é espontâneo ou não, sem necessidade de que a ideia tenha se originado da mente do agente. Exige-se também a eficácia, ou seja, que a atuação do agente seja capaz de evitar a produção do resultado.

No caso narrado, o agente arrombou a fechadura do estabelecimento comercial para subtrair mercadorias, no entanto, por ato voluntário, abandonou o local sem subtrair quaisquer bens, não havendo fatores externos impeditivos que influenciassem a sua decisão.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não identificou o instituto da desistência voluntária.

Conceito 1 – Identificou corretamente o instituto da desistência voluntária, porém não justificou sua resposta.

Conceito 2 – Identificou corretamente o instituto da desistência voluntária, explicando que o agente, mesmo após iniciar a execução do crime, por ato voluntário, desistiu de prosseguir nos atos executórios, impedindo a produção do resultado.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não mencionou a natureza jurídica do instituto da desistência voluntária.

Conceito 1 – Mencionou corretamente que o instituto da desistência voluntária tem natureza jurídica de causa de exclusão da tipicidade.

QUESITO 2.3

Conceito 0 – Não mencionou nenhum dos requisitos da desistência voluntária.

Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um dos requisitos (voluntariedade ou eficácia), de forma genérica, sem justificar sua resposta.

Conceito 2 – Mencionou e justificou, corretamente, apenas um dos requisitos citados.

Conceito 3 – Mencionou os dois requisitos citados, de forma genérica, sem justificar sua resposta ou o fazendo parcialmente.

Conceito 4 – Mencionou e justificou, corretamente, os dois requisitos citados.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 6

Aplicação: 22/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

O princípio do juiz natural, também denominado de princípio do juiz competente ou do juiz legal, consiste em uma garantia fundamental do Estado democrático de direito, com origem constitucional, segundo a qual toda pessoa tem o direito de ser julgada por um órgão jurisdicional (individual ou colegiado) dotado de competência, de acordo com leis prévias.

São pilares do princípio: (a) proibição de tribunais de exceção, isto é, de órgãos judiciais criados *ad hoc*, para julgar pessoas ou fatos específicos; (b) definição do órgão jurisdicional competente com base em leis e regras de distribuição de competência anteriores à prática do ato a ser julgado, o que implica uma noção de irretroatividade das normas de competência; (c) imparcialidade do órgão jurisdicional, tanto no sentido subjetivo (por ausência de fatores que caracterizem interesse do julgador na causa) quanto no sentido objetivo (por inexistência de fatos que possam comprometer a imparcialidade, como normas que permitam escolha discricionária dos julgadores); e (d) investidura válida do juiz ou dos juízes integrantes do órgão julgador, com base em regras prévias à ocorrência do ato.

QUESITO AVALIADO

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de maneira integralmente incorreta.

Conceito 1 – Abordou, de forma correta e adequada, apenas um dos aspectos a seguir: (i) garantia fundamental do Estado democrático de direito; (ii) julgamento por órgão jurisdicional (individual ou colegiado) dotado de competência; (iii) origem constitucional; (iv) julgamento de acordo com leis prévias; (v) proibição de tribunais de exceção; (vi) noção de tribunal de exceção; (vii) irretroatividade das normas de competência; (viii) imparcialidade do órgão jurisdicional, nos sentidos subjetivo e objetivo; (ix) investidura válida dos juízes integrantes do órgão, com base em regras prévias.

Conceito 2 – Abordou, de forma correta e adequada, apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Abordou, de forma correta e adequada, apenas três dos aspectos citados.

Conceito 4 – Abordou, de forma correta e adequada, apenas quatro dos aspectos citados.

Conceito 5 – Abordou, de forma correta e adequada, apenas cinco dos aspectos citados.

Conceito 6 – Abordou, de forma correta e adequada, apenas seis dos aspectos citados.

Conceito 7 – Abordou, de forma correta e adequada, sete ou mais dos aspectos citados.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 7

Aplicação: 22/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Para que o procedimento de reconhecimento de pessoas seja um meio de prova válido, é necessária a observância das formalidades constantes no art. 226 do CPP: o indivíduo que tiver de fazer o reconhecimento será convidado a descrever o suspeito; a pessoa cujo reconhecimento se pretender será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança e, em seguida, será solicitado que o indivíduo que fará o reconhecimento aponte uma daquelas pessoas que estão lado a lado, se identificá-la como suspeita do crime. Se houver receio de que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará que esta não veja aquela; será lavrado um auto pormenorizado com a narrativa do que ocorreu no ato de reconhecimento, devendo o auto ser subscrito pela autoridade, pelo indivíduo que foi chamado para fazer o reconhecimento e por duas testemunhas presenciais.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não discorreu sobre nenhuma das etapas que devem ser observadas no procedimento de reconhecimento de pessoas, segundo o CPP.

Conceito 1 – Discorreu, corretamente, sobre apenas uma das etapas do procedimento de reconhecimento de pessoas, segundo o CPP: (i) o indivíduo que tiver de fazer o reconhecimento será convidado a descrever o suspeito; (ii) a pessoa cujo reconhecimento se pretender será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança e, em seguida, será solicitado que o indivíduo que fará o reconhecimento aponte uma daquelas pessoas que estão lado a lado, se identificá-la como suspeita do crime; (iii) se houver receio de que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará que esta não veja aquela.

Conceito 2 – Discorreu, corretamente, sobre apenas duas das etapas citadas.

Conceito 3 – Discorreu, corretamente, sobre as três etapas citadas.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não discorreu sobre nenhuma formalidade do ato de reconhecimento de pessoas.

Conceito 1 – Discorreu, corretamente, sobre apenas uma das seguintes formalidades: (i) lavratura de auto pormenorizado com narrativa do que ocorreu no ato de reconhecimento; (ii) subscrição do auto pela autoridade; (iii) subscrição do auto pelo indivíduo que foi chamado para fazer o reconhecimento; (iv) subscrição do auto por duas testemunhas presenciais.

Conceito 2 – Discorreu, corretamente, sobre apenas duas das formalidades citadas.

Conceito 3 – Discorreu, corretamente, sobre apenas três das formalidades citadas.

Conceito 4 – Discorreu, corretamente, sobre todas as formalidades citadas.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 8

Aplicação: 22/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

O art. 19 da Lei das Contravenções Penais permanece válido e é aplicável ao porte de arma branca (por exemplo, facas e outros objetos de potencial lesivo), por se encontrar vigente e plenamente aplicável. No entanto, o citado dispositivo da Lei das Contravenções Penais não é aplicável ao porte de arma de fogo, uma vez que o porte de arma de fogo passou a ser um delito previsto pelo Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003).

O STJ (HC 331.694/SC, 2015) não admite a defensiva de que a punição prevista no dispositivo legal citado viola os princípios da intervenção mínima e da legalidade, visto que o artigo foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e tipifica delito de pequeno potencial ofensivo.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não abordou a validade e aplicabilidade da norma no sistema jurídico brasileiro ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Respondeu que a norma é válida (vigente) e aplicável no atual sistema jurídico brasileiro, mas não justificou corretamente ou não mencionou nenhum dos seguintes aspectos: (i) aplicabilidade limitada ao porte de arma branca; (ii) inaplicabilidade ao porte de arma de fogo, dada a instituição do Estatuto do Desarmamento.

Conceito 2 – Respondeu que a norma é válida (vigente) e aplicável no atual sistema jurídico brasileiro, mencionando apenas um dos aspectos citados.

Conceito 3 – Respondeu que a norma é válida (vigente) e aplicável no atual sistema jurídico brasileiro, mencionando os dois aspectos citados.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu que a punição prevista no dispositivo legal viola os princípios citados.

Conceito 1 – Respondeu que o STJ não admite a referida tese defensiva, porém não justificou ou o fez incorretamente.

Conceito 2 – Respondeu que o STJ não admite a referida tese defensiva, mencionando apenas um dos seguintes aspectos: (i) a Constituição Federal de 1988 recepcionou o art. 19 da Lei das Contravenções Penais; (ii) trata-se de delito de pequeno potencial ofensivo.

Conceito 3 – Respondeu que o STJ não admite a referida tese defensiva, mencionando os dois aspectos citados.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 9

Aplicação: 22/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Para que o crime de associação para o tráfico de drogas se configure, é necessário que fique demonstrado o **dolo na conduta de duas ou mais pessoas** (elemento subjetivo do tipo específico) de **se associarem (ânimo associativo) para a prática do crime de tráfico de drogas**, devendo ser estável e permanente (**estabilidade e permanência**) essa associação e haver ajuste prévio para a formação desse vínculo.

O STJ pacificou o entendimento de que o crime de associação para o tráfico de drogas **não tem natureza hedionda**, por não estar expressamente previsto nos arts. 1.º e 2.º da Lei n.º 8.072/1990, cujo rol é taxativo.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não abordou nenhum dos requisitos necessários para configurar o crime de associação para o tráfico de drogas.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos requisitos necessários para a configuração do crime de associação para o tráfico de drogas: (i) ânimo associativo; (ii) duas ou mais pessoas (elemento subjetivo do tipo específico); (iii) estabilidade da associação; (iv) permanência da associação; (v) ajuste prévio para a formação de vínculo.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos requisitos citados.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos requisitos citados.

Conceito 4 – Abordou corretamente apenas quatro dos requisitos citados.

Conceito 5 – Abordou corretamente os cinco requisitos citados.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu que o crime de associação para o tráfico é considerado hediondo ou equiparado.

Conceito 1 – Respondeu corretamente que o crime de associação para o tráfico não é considerado hediondo ou equiparado, porém não mencionou que o delito não está previsto no rol taxativo da Lei n.º 8.072/1990.

Conceito 2 – Respondeu corretamente que o crime de associação para o tráfico não é crime hediondo ou equiparado, mencionando que o delito não está previsto no rol taxativo da Lei n.º 8.072/1990.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 10

Aplicação: 22/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Criminologia é uma ciência que propõe o estudo teórico e empírico do crime (estudo científico), que se ocupa da causa, do modo de realização e da resposta estatal (tratamento) do fenômeno criminal. É a ciência que abrange o estudo do crime, do criminoso, da vítima e dos fatores que contribuem para a violação da lei penal (controle social da conduta criminosa), com o escopo de prevenção e controle da criminalidade. Pretende, com isso, estabelecer respostas positivas (prevencionistas ou de reintegração social dos infratores das leis penais). No seu modelo mais contemporâneo, a criminologia se revela crítica, estabelecendo novos olhares sobre os direitos humanos (como objeto e limite do direito penal), os modelos de Estado (liberal/capitalista), as dimensões de gênero (patriarcado) e raça (racismo estrutural) e novas formas de violação de direitos (danos globais caracterizados por crimes ambientais, genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade).

Política criminal é um conjunto de medidas e ações estatais baseadas em critérios de caráter jurídico, social e econômico, destinadas a prevenir o delito, visando ao controle da criminalidade. Idealmente, deve ser construída a partir do saber criminológico, a fim de definir e implementar políticas de segurança pública. Para tanto, há de apresentar soluções para a criminalidade, relativas tanto à prevenção e repressão dos delitos quanto à reabilitação dos agentes ativos das condutas.

A relação entre criminologia e política criminal se dá a partir do fornecimento das bases teóricas e práticas pela criminologia para o estabelecimento das propostas de política criminal, que deve ser operada como estratégia de enfrentamento aos delitos. Isso é necessário para que a política criminal produza medidas eficazes, de forma a garantir a segurança e a justiça social.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não apresentou o conceito de criminologia nem seus objetos de estudo, ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou, de forma precária, o conceito de criminologia, sem mencionar nenhum de seus objetos de estudo.

Conceito 2 – Apresentou, de forma superficial, o conceito de criminologia, incluindo apenas um de seus objetos de estudo (crime; criminoso; vítima; ou dos fatores que contribuem para a violação da lei penal – controle social da conduta criminosa).

Conceito 3 – Apresentou, de forma mediana, o conceito de criminologia, incluindo apenas dois de seus objetos de estudo.

Conceito 4 – Apresentou, de forma parcialmente adequada, o conceito de criminologia, incluindo apenas três de seus objetos de estudo.

Conceito 5 – Apresentou, de forma totalmente adequada, o conceito de criminologia, incluindo os quatro objetos de estudo citados.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não apresentou o conceito de política criminal ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou, de forma precária, o conceito de política criminal, sem desenvolvimento.

Conceito 2 – Apresentou, de forma superficial, o conceito de política criminal, desenvolvendo apenas um dos seguintes aspectos: (i) conjunto de medidas e ações estatais baseadas em critérios de caráter jurídico, social e econômico; (ii) visa ao controle da criminalidade; (iii) tem fins de prevenção e repressão dos delitos; (iv) tem fins de reabilitação dos agentes dos delitos.

Conceito 3 – Apresentou, de forma mediana, o conceito de política criminal, desenvolvendo apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 4 – Apresentou, de forma parcialmente adequada, o conceito de política criminal, desenvolvendo apenas três dos aspectos citados.

Conceito 5 – Apresentou, de forma totalmente adequada, o conceito de política criminal, desenvolvendo os quatro aspectos citados.

QUESITO 2.3

Conceito 0 – Não explicou a relação entre a criminologia e a política criminal, ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou a relação entre a criminologia e a política criminal, sem desenvolvimento ou com desenvolvimento precário.

Conceito 2 – Explicou, de forma parcialmente adequada, a relação entre a criminologia e a política criminal, apresentando resposta insuficiente ou parcialmente inconsistente.

Conceito 3 – Explicou adequadamente a relação entre a criminologia e a política criminal, apresentando resposta suficiente e correta.